Introdução

Conforme se pode perceber a Web apresenta variabilidade constante pelo fato de que ela também é fruto de um processo de construção científica permanente. Se houve mudanças históricas no perfil do usuário e de suas necessidades houve também uma mudança nas alternativas de contato entre o ser humano e mundo virtual. Estas mudanças necessitam encontrar uma certa sincronia entre usuário e ambiente virtual.

Por esta razão a educação tem um papel preponderante na formação de um usuário crítico, seletivo e capaz de perceber a imparcialidade dos conteúdos apresentados pela INTERNET por exemplo. Se antes o mundo virtual era um espaço popularizado para o entretenimento hoje centraliza suas intervenções na vida humana especialmente na prestação de serviços, atividades laborais e outras essenciais à vida humana.

A Interatividade e o espaço escolar

Se analisarmos a interatividade possível pela relação entre o educando e o mundo virtual, pode-se perceber que há uma relação direta entre este fato e entretenimento. Relatos constantes de nossos educandos revelam sua constante navegação em páginas de relacionamento e de jogos. Para eles há um certo caráter lúdico no contexto da INTERNET. Esta ludicidade entretanto pode e deve ser aproveitada no espaço escolar para aproximar o educando das informações que amplamente discutidas e analisadas podem se converter em conhecimento, e numa visão dialética em saber.

A relação pedagógica estabelecida entre os educandos e os ambientes virtuais tem demonstrado bons resultados. Além de facilitar o desenvolvimento de certas atividades, percebe-se uma atração pelo desenvolvimento de projetos que não poderiam ser desenvolvidos usando os recursos tradicionais de sala de aula. Um destes recursos é a pesquisa em bases confiáveis de informações. Devido a precariedade das bibliotecas da maioria das escolas públicas, seria muito difícil conseguir desenvolver atividades com

informações atualizadas e confiáveis

Para isso é preciso estabelecer com os educandos critérios seletivos pautados em valores como ética e confiança em relação às informações e fontes de pesquisa disponíveis nos ambientes virtuais. Para que as pesquisas possam ser feitas de forma segura é preciso então conhecimento e uma série de estratégias para definir os melhores caminhos a seguir. Em função do contato prévio da maioria dos educandos com os ambientes virtuais ter sido motivado por atividades ligadas ao entretenimento e a comunicação, há que se romper certos vícios, o que pode fazer com que o educando se sinta menos atraído por este veículo de comunicação.

Trata-se de criar alguns hábitos para que se possa otimizar este espaço para fins educativos. A discussão ética em relação ao uso das mídias no processo educativo possui duas formas de expressão. A primeira refere-se à necessidade de que todos tenham acesso aos ambientes virtuais para que deles possam fazer uso. A universalização ao acesso, é uma premissa para que se possa estabelecer uma “pedagogia tecnológica” alicerçada em valores como agilidade, interatividade e mobilidade. Se o acesso for restrito a um determinado grupo humano (ou mesmo a uma maioria) não teremos o exercício de um direito, mas a consolidação de um privilégio. O privilégio será sempre uma forma explícita de exclusão, desigualdade de oportunidades e negação à cidadania plena.

A discussão ética é portanto de relevância pois trata da essência das preocupações relativas às mídias. Uma vez cumprida a primeira demanda, emerge o segundo aspecto, porém não menos relevante que o primeiro, a ser considerado. Percebe-se que é preciso induzir os educando a avaliar criticamente os conteúdos e informações presentes nos ambientes virtuais e interagir eticamente com eles. Trata-se de infundir uma nova cultura de acesso e uso destas informações. Inserir as mídias no espaço escolar é extremamente desafiador, gerando conflitos e construções dialéticas extremamente complexas, mudando opiniões, construindo novos saberes.

A necessidade de fazer da ética um valor presente na relação entre o ser humano e as mídias e as tecnologias de informação e comunicação é um tema a ser abordado não apenas do ponto de vista pedagógico. Há que se infundir nas pessoas a compreensão de que o contato com informações e saberes novos gera nelas uma responsabilidade maior em relação a constante necessidade de promover transformações e geração de qualidade de vida. Trata-se de uma postura verdadeiramente solidária. A diferença entre o solidário e o mercenário não é o saber em si, mas a intenção de quem o detém no momento de utilizá-lo.

Entretanto, não há softwares capazes de gerar crítica, conflito e dialeticidade suficiente para substituir o papel fundamental da escola no momento da relação entre ser humano e conhecimento. Cabe ao Estado oferecer condições físicas e materiais de acesso aos ambientes virtuais e aos educadores traçar coletivamente caminhos éticos para navegar por estes ambientes. O cumprimento destas funções garante que as mídias e as tecnologias de informação e comunicação tornem-se fator de inclusão e equidade social.

Conclusão

Numa realidade em que o contato entre os seres humanos e a informação ocorre de forma dialética, humana e ética as mídias convergem para a construção de sujeitos atentos as sucessivas tentativas de dominação e opressão. Nesta realidade os desafios são diferentes daquela em que por exemplo, o único espaço de contato entre o educando e ambiente virtual é a sala de informática da escola.

Neste caso é preciso promover uma verdadeira alfabetização digital, através da qual o educando seja instigado a analisar de forma crítica e criteriosa, as informações que são lançadas sobre ele. O educador neste caso, deve assumir um papel ativo, demonstrando conhecimento e por isso autoridade, e não autoritarismo, para auxiliar o educando neste processo de alfabetização. A postura ética do educador é essencial para que este não transforme os educandos em alienados servis e incapazes de compreender o seu entorno contextual e histórico.

Por fim é preciso discutir a função do Estado para garantir isonomia de acesso e igualdade de oportunidades a todos os cidadãos e cidadãs. Aos educadores e educadoras e às instituições de ensino públicas, cabe a exigência do estabelecimento de políticas públicas sérias, éticas e comprometidas com uma educação inclusiva e solidária.